

Conservação de Valores Naturais no Património da The Navigator Company

1 INTRODUÇÃO

A diversidade biológica, ou biodiversidade, representada no património sob gestão é objecto de atenção especial, merecendo esforços crescentes de efectiva protecção aquando da intervenção na propriedade.

A Companhia desenvolveu uma estratégia para integrar a Conservação da Biodiversidade no modelo de gestão florestal da Companhia, procurando que o planeamento e a execução das actividades resultem, no mínimo, na manutenção dos valores da biodiversidade existente no património. Têm sido, igualmente, concretizadas iniciativas que visam ir mais além e obter um ganho em biodiversidade ("net positive gain"), como é o caso da implementação de acções de requalificação de que é exemplo o restauro de galerias ripícolas com habitats degradados ou evolutivos para reposição dos serviços deste ecossistema.

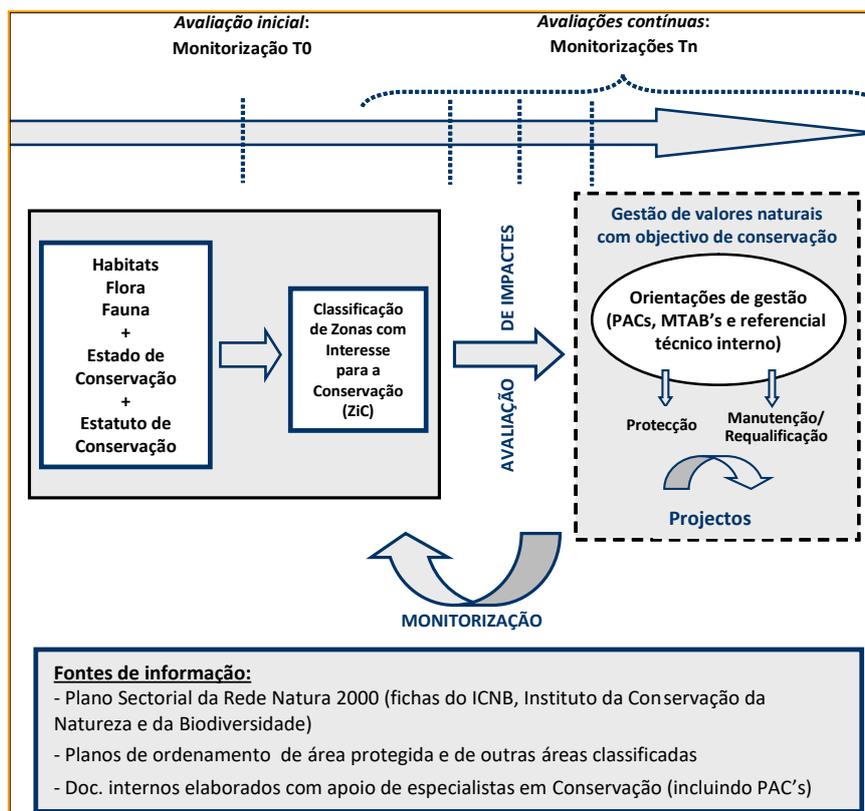


Figura 1. Estratégia de Conservação da The Navigator Company

A Figura 1 representa a estratégia de Conservação da Companhia e a forma como a abordagem adoptada envolve as seguintes actividades:

- a avaliação de valores naturais/ biodiversidade;
- o mapeamento e classificação de zonas com interesse para a conservação;
- a definição e implementação de acções de gestão para a conservação, enriquecimento ou reposição das funções dos locais com interesse para a conservação;
- os programas de monitorização.

2 IDENTIFICAÇÃO, MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE VALORES NATURAIS

A avaliação da biodiversidade implica a identificação, mapeamento e caracterização de valores naturais presentes no património sob gestão.

A avaliação dos valores naturais presentes numa dada área de intervenção (incluindo espécies e habitats classificados), e do seu estado de conservação, é assegurada através de metodologias específicas dos diversos grupos e permite recolher informação que serve de base para a execução prática das orientações de gestão mais adequadas, de acordo com as melhores fontes de informação disponíveis.

Entre estas **fontes de informação** contam-se, por exemplo:

- O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (fichas do ICNF, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas), e distribuição de espécies e habitats no âmbito do Relatório Nacional de Aplicação da Diretiva Habitats (2007-2012; 2013-2018),
- Os planos de ordenamento de área protegida e de outras áreas classificadas,
- Documentos internos especificamente elaborados para o efeito por especialistas em Conservação, os Manuais de Técnicas de Avaliação de Biodiversidade (M-TAB's) e os Planos de Acção de Conservação (PAC's), descritos mais à frente no texto (*ver Instrumentos de Planeamento e Programação*);
- Outra documentação relevante no âmbito da conservação da biodiversidade.

A **identificação de valores naturais** é feita com base no método de Avaliação Rápida de Biodiversidade (ARB).

A ARB é um instrumento para a caracterização de áreas com base numa metodologia de abordagem ao habitat (Figura 2), sua selecção e validação enquanto zonas de conservação e áreas de protecção. Este método baseia-se em caracterizações dos meios físico e biótico de uma área pré-seleccionada de forma eficaz no tempo.

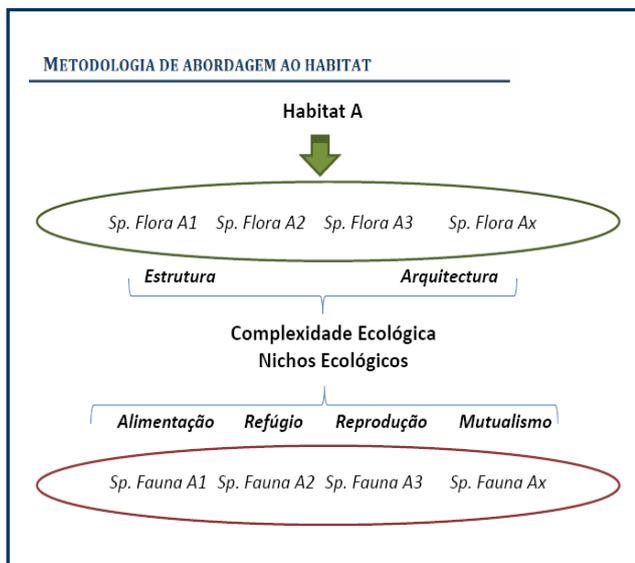


Figura 2. Abordagem ao habitat

A aplicação da ARB nas Unidades de Gestão da The Navigator Company é realizada a partir de levantamentos de fauna e flora dos grupos pré-seleccionados como bioindicadores (sejam espécies de flora e habitats, peixes sempre que possível, répteis, anfíbios, aves e mamíferos), do mapeamento das áreas e do registo dos problemas ambientais locais passíveis de afectar os recursos naturais. Sempre que possível é registada ainda informação no que diz respeito às borboletas e aos grupos de invertebrados ligados a habitats dulçaquícolas (p.e. libélulas e libelinhas, grupos bioindicadores da qualidade da água e do habitat).

De uma maneira sucinta os **métodos** utilizados são os seguintes:

- Para a ARB da flora e vegetação faz-se a avaliação do estado de conservação da vegetação natural. Para tal faz-se a avaliação das diferentes manchas de vegetação (bosques, matos, prados, vegetação ribeirinha, etc.) existentes na área em estudo. Numa primeira visita ao local são estabelecidas as áreas mais relevantes para avaliação com base nas suas características fitossociológicas, devendo, se possível, efectuar segundas visitas aos locais estudados de modo a acompanhar-se a evolução tendencial das manchas de vegetação analisadas. O método da Escola de Zürich-Montpellier ou sigmatista proposto por Braun-Blanquet & Pavillard, seguido por Tüxen e modificado por Géhu & Rivas-Martínez, é a metodologia adoptada para identificar e descrever estas comunidades vegetais. Este método baseia-se na fitossociologia, a qual, estuda as comunidades vegetais, as suas interrelações e a sua dependência face ao meio vivo, isto é, a ciência dos agrupamentos vegetais. É um sistema hierarquizado onde a associação fitossociológica é a unidade elementar, estando acima progressivamente aliança, ordem e classe.
- Para todos os grupos de fauna em estudo realizam-se pontos de observação, escuta e busca activa de indivíduos ou de indícios de presença nas áreas pré-

seleccionadas. Estes são devidamente assinalados recorrendo a um GPS e sempre que possível realizam-se transectos nas imediações dos pontos assinalados e/ou entre pontos consecutivos. Para cada grupo de fauna, é aplicada uma metodologia própria.

São elegíveis para avaliação, as zonas onde potencialmente se encontrem valores naturais, à excepção de áreas recentemente ardidas, de reduzida dimensão e conectividade com outras áreas.

São avaliados os **habitats classificados** na Directiva Habitats e as espécies com estatuto de conservação " criticamente em Perigo " (CR), " Em Perigo " (EN) e " Vulnerável " (VU), de acordo com a classificação da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

É depois avaliado o **estado de conservação** em que se encontram os habitats identificados na área em causa no momento da avaliação, resultante do somatório de influências que sobre ele e as suas espécies características actuam, podendo afectar a sua distribuição natural, estrutura, funções e sobrevivência dentro do território a longo prazo. O estado de conservação pode encontrar-se entre as seguintes classes:

- **Degradado**, se o habitat não apresentar a sua estrutura evoluída nem as espécies características desse habitat se encontrarem presentes por regeneração natural;
- **Evolutivo**, se o habitat não apresentar a sua estrutura evoluída mas houver presença das espécies características desse habitat por regeneração natural;
- **Favorável**, se o habitat apresentar a sua estrutura evoluída e houver presença das espécies características desse habitat por regeneração natural;
- **Climácico**, se o habitat apresentar a sua estrutura de plenitude funcional, perfeita adequação ao território e a máxima disponibilidade de nichos ecológicos previstos para o tipo de habitat, bem como as espécies características do habitat se encontrarem presentes por regeneração natural.

O levantamento destes valores naturais é efectuado de duas maneiras:

- Na avaliação prévia de condicionantes técnico-ambientais e sociais, através do preenchimento de uma Check-list de Apoio ao Planeamento Operacional e Elaboração de Projecto;
- Em saídas de campo com especialistas, dirigidas às Unidades de Gestão com maior valor potencial para a conservação (UG's com AAVC e/ou inseridas/próximas de RNAP e RN2000).

Em cada ano são programadas as visitas de acordo com o que se considera serem os períodos óptimos para avaliar os diferentes grupos de valores naturais (Tabela 1 deste anexo).

Tabela 1: Períodos óptimos complementares (por grupo de valores naturais e por estação do ano) para Avaliação de Biodiversidade.

Grupos	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Flora				■		■						
Répteis, Anfíbios e Mamíferos				■		■				■		■
Aves				■		■				■		■
Artrópodes				■		■				■		

Os dados recolhidos nas Check-list e nos PAC são inseridos na base de dados do Sistema de Informação Geográfica (SIG) da Empresa, permitindo disponibilizar aos colaboradores o mapeamento dos valores naturais e das zonas com interesse para a conservação, com vista à sua preservação.

A informação no SIG encontra-se num layer específico onde é possível distinguir:

- As diferentes categorias das zonas com interesse para a conservação no património gerido;
- A localização e informação dos habitats classificados pela RN2000 identificados, o seu estado de conservação e as suas espécies bioindicadoras;
- Os pontos de avistamento das espécies endémicas e ameaçadas, e presença das espécies em cada propriedade.

O resultado do levantamento de espécies de fauna e flora e de habitats é base de informação para o apuramento do indicador '**Diversidade biológica do património**' (Ver Anexo B).

Instrumentos de Planeamento e Programação

Como instrumentos de conservação da Biodiversidade a The Navigator Company utiliza os Manuais de Técnicas de Avaliação de Biodiversidade (M-TAB) e os Planos de Acção de Conservação (PAC):

- O Manual de Técnicas de Avaliação de Biodiversidade (M-TAB) é um primeiro instrumento de avaliação e de gestão de valores naturais (fauna, flora, habitats)

existentes ou potencialmente existentes dentro do património florestal da Empresa. O M-TAB tem como base requisitos técnicos e científicos das áreas da biologia da conservação e ecologia da paisagem. As listagens de espécies ou habitats existentes ou potencialmente existentes resultam da compilação de informação proveniente de uma ampla revisão bibliográfica sobre o enquadramento legal e regulamentar das áreas em causa (planos de ordenamento e Plano Sectorial Rede Natura 2000), nas quais se incluem os diferentes estatutos de conservação para as espécies.

- Os Planos de Acção de Conservação (PAC) são ferramentas de gestão de Habitats e Biodiversidade e consistem na avaliação e gestão de áreas com características naturais ou semi-naturais que necessitem de linhas de acção práticas para a sua recuperação e/ou valorização ambiental.

Nestes documentos é compilado e tratado um conjunto de informação sobre os valores naturais observados nas saídas de campo:

- A vegetação potencial da zona amostrada, o elenco florístico e espécies ameaçadas de acordo com a Lista Vermelha da Flora Vasculare de Portugal Continental (a partir de 2021), endemismos e espécies protegidas, a descrição dos habitats existentes por zona amostrada e respectivo estado de conservação;
- A caracterização e o estatuto de conservação da fauna e flora (com caracteres diagnosticantes, fotografia das espécies);
- O estado de conservação da zona amostrada e o seu interesse para a conservação dos valores naturais (numa escala de avaliação de "Muito baixo" a "Muito alto");
- As orientações de gestão por área, tendo em conta os instrumentos de gestão do território.

3 MAPEAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE ZONAS COM INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO

Zonas com interesse para a Conservação (ZiC)

No âmbito do processo de certificação florestal, a The Navigator Company identifica, no património que gere, Zonas com Interesse para a Conservação, que podem ser classificadas como, Zonas de Conservação, Áreas de Protecção, e Áreas de Alto Valor de Conservação, com base em critérios que visam acima de tudo a gestão para a conservação da biodiversidade e aplicando uma chave de decisão própria para a classificação de cada tipo de ZiC.

Considera-se '**Zona de Conservação**' a área do território destinada a salvaguardar a presença e bom estado de conservação de espécies com estatuto de conservação vulnerável (VU), em perigo (EN) ou criticamente em perigo (CR) e/ou habitats listados nas Directivas 'Habitats' e 'Aves', bem como nas convenções 'CITES', 'Bona' e 'Berna' de modo a manter a sua representatividade ao nível do ecossistema.

Um subconjunto das Zonas de Conservação são as '**Áreas de Protecção**', áreas onde ocorram valores naturais mais sensíveis e/ou com maior importância para a Conservação.

As áreas classificadas como '**Áreas de Alto Valor de Conservação**' são um caso particular, e decorrem da existência de atributos com carácter de excepcionalidade.

4 ACÇÕES DE GESTÃO PARA A CONSERVAÇÃO

As acções de gestão para a Conservação baseiam-se nas orientações de gestão expressas nos 'Instrumentos de planeamento e programação' descritos acima (capítulo 2).

A empresa privilegia a implementação das orientações de gestão para a conservação de valores naturais a par da realização das intervenções florestais com base em práticas que compatibilizem ambos objectivos, produção e conservação.

Nas áreas classificadas e tendo em conta as ameaças que na realidade impedem sobre as área e valores de conservação são identificadas e analisadas as orientações de gestão dos planos de ordenamento das áreas protegidas e as propostas constantes no PSRN2000.

Estas, por sua vez, são incorporadas nas orientações específicas das intervenções florestais de silvicultura e exploração, a fim de garantir a sua compatibilidade com a conservação dos valores naturais existentes ao nível das unidades de gestão, quer do ponto de vista técnico, quer da calendarização e orçamentação.

Para a preservação das Zonas com Interesse para a Conservação (ZiC), a melhoria da conservação dos habitats e dos serviços que prestam, a empresa segue um conjunto de boas práticas de gestão florestal aplicadas em duas vertentes – 'Protecção' e 'Requalificação e Manutenção'.

Protecção:

- Preservação de manchas relevantes de vegetação natural ou semi-natural, entre as quais os habitats classificados;
- Protecção dos ninhos, tocas ou outros locais de refúgio, nidificação ou alimentação da fauna, e criação de *buffers* para protecção aos locais de nidificação/reprodução de espécies ameaçadas, protegidas ou particularmente susceptíveis a impactes negativos decorrentes de perturbação (ex. Águia de Bonelli e Açor);
- Não danificar espécies de flora protegidas por lei (por exemplo, sobreiro, azinheira, azevinho, carvalho-de-monchique) e outras com interesse para a conservação (ameaçadas, endemismos);
- Criação de faixas de protecção às linhas de água com larguras diferenciadas consoante as suas características: 30 m ou mais nas linhas de água permanentes e 5-10 m, ou mais, nas linhas de água torrenciais/temporárias;
- Respeito pelas faixas de protecção de linhas de água, restringindo a circulação de maquinaria pesada, e impedindo a mobilização mecânica de solo;
- Restrição dos atravessamentos de linhas de água (que só devem acontecer quando absolutamente necessário, em condições de solo firme ou na presença de estruturas adequadas para o efeito);
- Manutenção ou melhoria da rede de corredores ecológicos, contínuos ou descontínuos (*stepping stones*), que assegurem a interconectividade dos ecossistemas a nível regional, considerando para tal as zonas destinadas à conservação da biodiversidade existentes.
- Condicionamento nas operações de aplicação de produtos químicos numa faixa de 10 metros de largura e restrição das operações de fertilização.

As ZiC são protegidas durante as operações florestais considerando, sempre que possível, a envolvente em que se inserem e tendo em conta as suas características e os valores naturais ou culturais presentes. As medidas de mitigação a adoptar durante a realização destas operações são definidas na fase de planeamento das actividades de instalação e exploração florestal (na figura de projecto, transpostas posteriormente para

o requisito de serviço) ou antes do início da obra, através do requisito de serviço, para as restantes actividades.

Requalificação e Manutenção de habitats naturais (aplicada a situações de degradação da cobertura vegetal):

- Promoção de corte selectivo e progressivo, (escalonados no tempo), de matos, (e.g. silvados), para melhoria ou manutenção do estado de conservação dos habitats e prevenção de incêndios, tendo em conta o processo sucessional natural. Sempre que possível, privilegiar o recurso a técnicas que não mobilizem o solo (ex. uso de corta-matos);
- Promover os núcleos de vegetação natural ou semi-natural, através da regeneração natural existente, a execução de desramas e podas de formação nos indivíduos autóctones e adensamento de algumas áreas;
- Corte faseado de eucalipto tentando prevenir o seu rebentamento por toija, promovendo as espécies autóctones (por regeneração natural, estacaria, plantação ou sementeira), privilegiando os ecótipos locais, e para prevenção de incêndios e erosão;
- Controlo de espécies invasoras, tentando prevenir o seu rebentamento por toija, promovendo as espécies autóctones (por regeneração natural, estacaria, plantação ou sementeira), privilegiando os ecótipos locais, e para prevenção de incêndios e erosão;

No que concerne à tipologia de intervenções, a definição e selecção de cada medida a aplicar deve depender do estado de conservação dos habitats e ser específica dos locais a intervencionar. As medidas definidas para cada local serão replicáveis para locais com as mesmas características biofísicas e de estado de conservação dos valores naturais com interesse para a conservação.

Estas medidas de requalificação e manutenção são também definidas na fase de planeamento das actividades de instalação e exploração florestal, bem como nas de manutenção, principalmente em áreas definidas como prioritárias para gestão de combustível e requalificação.

5 PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização dos valores naturais, realizada de acordo com a metodologia descrita no capítulo 1, permite a actualização contínua da informação sobre estes valores, dos documentos internos relacionados e da informação residente na base de dados do SIG da empresa. Anualmente é estabelecido um calendário de monitorização tendo em conta o histórico de monitorizações anteriores sendo dada prioridade às UGs localizadas em áreas classificadas (RN2000 e RNAP) e UG's inseridas nas Unidades de Paisagem, pela potencial concentração de biodiversidade e maior importância para a conservação.

Nas visitas de campo dedicadas a estas avaliações são monitorizadas as AAVC existentes, bem como outras Zonas com Interesse para a Conservação. São também avaliados os locais com atributos que potencialmente podem resultar em classificação de ZiC. A selecção das unidades de gestão a avaliar, sempre que possível, é feita tendo em conta a contiguidade e a continuidade ecológica com unidades de gestão vizinhas, para que cada saída de campo possa ser mais eficaz na afectação dos recursos e na dimensão da área monitorizada. Em cada ano procura-se que sejam programadas as visitas de acordo com o que é considerado serem os períodos óptimos para avaliar os diferentes grupos de valores naturais (cf. Tabela 1).

Em adição a estes programas de monitorização dedicados, os registos feitos através da Check-list de planeamento e projecto fornecem, também, avaliações complementares de espécies e habitats presentes no património, bem como do seu estado de conservação, informação que é inserida de forma regular no SIG e sujeita ao estabelecimento de medidas de gestão na actividade operacional.

Para além da monitorização de valores naturais, os programas de monitorização são também dirigidos ao acompanhamento e avaliação das acções de gestão implementadas para a conservação da biodiversidade. Ajustados à escala e tipo de atributos de conservação em causa, têm como objectivo averiguar a eficácia das medidas de gestão no estado de conservação dos valores naturais.

No âmbito da monitorização/avaliação de acções de conservação da biodiversidade sempre que possível visitam-se ainda, em cada ano, as unidades de gestão intervencionadas no ano anterior nas quais tenham sido implementadas acções de conservação. Esta monitorização pode ser feita através de avaliações de biodiversidade especificamente planeadas ou em visitas de campo para auditorias ou no decorrer do controlo de qualidade.

6 ÁREAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO

Este conceito centra-se na existência de atributos (ou valores) ambientais, sociais e culturais excepcionais – os Altos Valores de Conservação (AVC) – e o propósito deste Princípio é assegurar uma gestão baseada no princípio de precaução, com o objectivo de garantir que os mesmos sejam mantidos ou potenciados.

Para a conservação dos AVC são estabelecidas áreas que os delimitam ou contêm – as Áreas de Alto Valor de Conservação (AAVC). Por definição, Áreas de Alto Valor de Conservação são áreas que, quer no plano Ecoregional, nacional, da paisagem ou da Unidade de Gestão (UG), contêm valores/concentrações significativas de biodiversidade, espécies ou ecossistemas raros, ou que fornecem serviços ambientais ou culturais relevantes.

Na abordagem à identificação das AAVC, a partir de atributos com carácter excepcional, foi aplicada uma metodologia de trabalho directamente relacionada com a escala territorial de actuação da Companhia. A identificação e determinação do carácter

excepcional dos AVC e as opções de gestão para a sua conservação passam pela consulta de partes interessadas relevantes.

A metodologia utilizada na abordagem da Companhia admite a classificação das AAVC em seis níveis de análise dos Valores de Conservação. A Tabela 2 (deste Anexo) resume as definições de AAVC associadas a estes níveis e decorrentes dos atributos de alto valor de conservação que estiveram na origem da sua classificação.

Tabela 2 - Diferentes níveis de Áreas de Alto Valor de Conservação (AAVC) de acordo com Princípio #9 do FSC:

Nível	Definição
AAVC 1	Áreas com: Diversidade Específica. Concentrações de diversidade biológica, incluindo espécies endémicas e espécies raras, ameaçadas ou em perigo, que têm relevância ao nível global, regional ou nacional;
AAVC 2	Ecosistemas e mosaicos à escala da paisagem. Paisagens florestais intactas e grandes ecossistemas e mosaicos de ecossistemas à escala da paisagem que têm relevância ao nível global, regional ou nacional, e que possuem populações viáveis da maioria das espécies autóctones com padrões naturais de distribuição e abundância;
AAVC 3	Ecosistemas e Habitats. Ecosistemas, habitats ou refúgios raros, ameaçados ou em perigo;
AAVC 4	Áreas que fornecem importantes serviços ambientais, críticos às comunidades: Serviços dos Ecossistemas Críticos. Serviços dos Ecossistemas básicos em situações críticas, incluindo protecção de captações de água subterrâneas ou superficiais e controlo de erosão nos solos e encostas vulneráveis;
AAVC 5	Necessidades das Comunidades. Locais e recursos fundamentais para satisfazer as necessidades básicas das comunidades locais ou dos Povos Indígenas (subsistência, saúde, nutrição, água, etc.), identificadas através do envolvimento com estas comunidades ou Povos Indígenas;
AAVC 6	Áreas críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais: – Valores Culturais. Locais, recursos, habitats e paisagens de significado cultural global ou nacional, arqueológico ou histórico, e/ou de importância cultural, ecológica, económica ou religiosa/sagrada crítica para a cultura tradicional das comunidades locais ou Povos Indígenas, identificadas através do envolvimento com estas comunidades ou Povos Indígenas.

Gestão e monitorização dos AVC

Após levantamento e cartografia dos AVC presentes no património e das áreas classificadas aos diferentes níveis para a sua conservação (AAVC), a informação é importada para o Sistema de Informação Geográfica da empresa. Esta informação é posteriormente utilizada ao nível da elaboração de projectos e planeamento operacional

das actividades, juntamente com a informação sobre as acções de conservação e protecção dos atributos de conservação que permitiram a sua classificação.

As **AAVC1** incluem locais importantes de espécies de fauna ou flora e/ou habitats, sendo as medidas orientadoras a seguir as constantes nos MTABS, PACs, outros documentos relevantes, assim como outras orientações sugeridas por especialistas. Como por exemplo o fomento de espécies-presa, faixas de protecção e/ou medidas temporais por forma a conciliar as actividades florestais com as épocas críticas das espécies.

As **AAVC3** são áreas com habitats classificados pela RN2000 pelo que as medidas de gestão orientadoras são aquelas que a empresa possui, em concreto, nos Planos de Acção de Conservação e nos MTAB's e que derivam do plano sectorial da Rede Natura 2000, sendo sempre o objectivo desta gestão manter e/ou melhorar o seu estado de conservação.

Nas **AAVC4** devem ser aplicadas medidas de gestão que garantam a manutenção da função hidrológica e a captação de água, assim como a conservação do solo e minimização da erosão segundo a legislação aplicável (planos de albufeira e Lei da água), o referencial técnico da Companhia e os PAC e/ou MTAB's, quando aplicáveis.

O estado de conservação do valor, o *buffer* correspondente (mancha, polígono ou UG) deve ser avaliado periodicamente (em operações de exploração, instalação ou manutenção) na UG/talhão onde o mesmo se encontra (avaliação de impactes da gestão) ou pelo menos 1 vez em cada 5 anos ou após um incêndio afecte uma AAVC.

A monitorização operacional pode ocorrer anteriormente à operação, sendo referido o estado de conservação na Check-list de Apoio ao Planeamento Operacional e Elaboração de Projecto, solicitando directamente ao técnico que informe sobre o estado de conservação dos bens, e/ou através do preenchimento de uma ocorrência em caso de afectação do estado de conservação do bem.

Nas **AAVC6** a gestão dos atributos pretende apenas ser conservativa, não necessitando de nenhum plano de gestão específico de forma a melhorar o estado de conservação do local, a não ser o de assegurar que as suas actividades florestais não danificam ou impeçam o acesso ao bem ou ao local pelas comunidades.

Por defeito, as medidas de gestão/ protecção de AAVC6 devem ser:

1. Criação de um *buffer* de protecção com 5 m de raio, onde não ocorre mobilização de solo na zona;
2. Corte de árvores direccionado de modo a não afectar o bem;

3. Medidas de protecção mais específicas resultantes da incorporação de sugestões ou orientações dadas pelas partes interessadas e/ou pela legislação em vigor.

O resultado do levantamento dos AVC6 insere-se na informação utilizada no apuramento do indicador 'Conservação dos valores culturais e outras funções' apurado pela empresa numa base contínua e revisto em períodos de 5 anos.

Não existem áreas AVC2 nem AVC5 no património da Companhia de acordo com as definição de AVC.